



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Of. CM/GP Circular Nº 93/2021

Em 05 de maio de 2021

Ao

SENADO FEDERAL

Prezados Senhores,

Encaminho a Vossas Senhorias, cópia da **MOÇÃO Nº 121/21**, de autoria da nobre Edil **LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA E OUTROS**, aprovada pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 03 de maio de 2021.

Atenciosamente,

SONIA REGINA RODRIGUES

Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO: Moção de Apoio à Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) e ao Senado Federal pela aprovação dos projetos de socorro financeiro e destinação a custeio emergencial das entidades..

DESPACHO: APROVADA NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO
SALA DAS SESSÕES 03 / 05 / 21

PLENÁRIO

PRESIDENTE DA MESA

MOÇÃO Nº 121 DE 2021.

**SENHORA PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,**

REQUEIRO à Mesa na forma regimental de estilo e após ouvido o Douto Plenário que seja consignada em Ata de Nossos Trabalhos **MOÇÃO DE APOIO Á CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS (CMB) E AO SENADO FEDERAL PELA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE SOCORRO FINANCEIRO E DESTINADOS AO CUSTEIO EMERGENCIAL DAS ENTIDADES.**

As Santas Casas de Misericórdias estão inseridas no sistema de saúde de todo nosso país representadas por 1.820 entidades no território nacional, e em cerca de 800 municípios são o único hospital da localidade, ou seja, responsáveis pela totalidade de atendimentos nesses casos.

Dentro dessa realidade, são responsáveis pelo atendimento de cerca de 50% da média complexidade do SUS, e impressionantes 70% dos atendimentos de alta complexidade do Sistema Único de Saúde, e somente estes dados já são completamente suficientes para demonstrar o quanto da população precisa que essas Entidades se mantenham de portas abertas, prestando atendimento à população.

Se por um lado toda pressão de bem atender e salvar vidas na situação de Pandemia que vivemos hoje, as entidades vem com muito valor demonstrando seu comprometimento muitas vezes além de suas condições e possibilidades, principalmente através da bravura e esforço de seus valorosos funcionários, em todos setores.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Mesmo com recentes medidas, como a verba de \$ 2 Bilhões que as entidades receberam no ano de 2020, através da aprovação das Lei 13.995 que disponibilizou recursos às entidades, e que ajudaram nos custeios das entidades e a manter os atendimentos aos pacientes inclusive COVID-19, as entidades representadas pela Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) devem em torno de \$ 8 Bilhões somente no Fundo Nacional de Saúde.

Dentre os fatores que motivam essa atual situação, está também o déficit na remuneração do Sistema Único de Saúde (SUS), em torno de 60% (sessenta por cento) nos valores das tabelas de pagamento dos procedimentos, cirurgias, internações e demais serviços, que mesmo com a ajuda de custeio aprovada no ano passado, não chegam nem a cobrir gastos, como por exemplo no repasse correspondente a uma diária de UTI no valor de \$480,00 contra um custo diário de \$1.600,00.

Portanto, é de suma importância e urgência apoiarmos medidas que possam contribuir para a diminuição das dificuldades das entidades, e também contribuir para que continuem a realizar o árduo e maravilhoso serviço de atender e salvar vidas, é que apresentamos esta **MOÇÃO**.

Atualmente os projetos de socorro às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos em andamento no Senado Federal são:

- PL 5.273 DE 2020 – do SENADOR HUMBERTO COSTA – PT-PE
- PL 1.417 DE 2021 – do SENADOR LUIZ CARLOS HEINZE – PP-RS

Requeiro, outrossim, que o decidido por esta Casa de Leis seja oficiado à **CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS (CMB)** e ao **SENADO FEDERAL**, esta **MOÇÃO DE APOIO**, a estas medidas importantes e necessárias que visam dar continuidade ao atendimento da população e a valorização das Instituições.

Sala das Sessões “Vereador Santo Rótoli”, aos 26 de Abril de 2021.

VEREADORA LUZIA CRISTINA CORTES NOGUEIRA

VERADOR ADEMIR JUNIOR

VERADOR ALEXANDRE CINTRA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

VEREADOR GINOÊ DUZO

VEREADOR DIRCEU PAULINO

VEREADOR GERALDO BERTANHA – GEBÊ

VEREADOR JOÃO VICTOR GASPARIN

VERADORA JOELMA FRANCO

VERADORA DRA LUCIA ~~FRANCA~~ TENÓRIO

VEREADOR LUIS ROBERTO TAVARE

VEREADORA MARA CHOQUETA

VEREADOR MARCIO EVANDRO RIBEIRO

VEREADOR MARCOS FRANCO

VEREADOR MARCOS PAULO SEGATTI

VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

VEREADORA SONIA REGINA RODRIGUES

VEREADOR TIAGO CESAR COSTA



Política

Com dívidas, santas casas pedem socorro para continuar abertas

No Senado, entidade estima em R\$ 8 bilhões a dívida das instituições



Publicado em 15/04/2021 - 14:59 Por Karine Melo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

Com um déficit na remuneração do Sistema Único de Saúde (SUS) de 60%, representantes de santas casas pediram socorro ao Senado para continuarem de portas abertas e atendendo os pacientes, inclusive os que chegam com covid-19. Em audiência pública nesta quinta-feira (15) na Comissão Temporária da Covid-19, o presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), Mirocles Campos Vêras Neto, estimou em R\$ 8 bilhões, a dívida dessas instituições só no Fundo Nacional de Saúde.

“Nós representamos 50% do atendimento da média complexidade do SUS; nós representamos 70% da alta complexidade do Sistema Único de Saúde”, lembrou Neto, acrescentando que há 1.820 instituições no Brasil todo, e que, em cerca de 800 municípios, a santa casa é o único hospital da localidade.

O representante da CMB lembrou que em 2020 as santas casas receberam uma ajuda de custeio graças a aprovação da Lei 13.995, que disponibilizou às instituições R\$ 2 bilhões. “Os senhores não sabem o que isso impactou para que nós, repito, estivéssemos ainda aqui atendendo. Naturalmente, fora esse recurso, houve

Uso de cookies

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossa plataforma. Ao continuar navegando, você concorda com as condições previstas na nossa Política de Privacidade. [Para mais informações, consulte aqui.](#)

OK

RIO Grande do Sul

Também durante a audiência do Senado, o diretor-geral da Santa Casa do Porto Alegre, Júlio de Matos, destacou aos parlamentares que, no estado, o atendimento está à beira de um colapso. "Isso tornou-se inadmissível, e hoje nós estamos na iminência de um colapso econômico e financeiro. Não tivemos, por parte da União, dos Estados e dos Municípios, nenhum recurso extraordinário, a não ser estes recursos que vêm pelo Ministério da Saúde, de cobertura de parte do custo que nós temos por uma diária de UTI", disse.

Matos estimou em R\$ 3,341 bilhões o montante necessário para manter as instituições em funcionamento, por seis meses, apenas no Rio Grande do Sul, diante da realidade da pandemia. "É esse o recurso que nós estamos apelando ao governo federal, para manter as nossas instituições em funcionamento na realidade hoje posta [de pandemia]. Não é o déficit que temos no ano, é uma parcela. Eu posso lhe dizer que é em torno de 35% do déficit que nós temos no ano na relação com o Sistema Único de Saúde. É irrisório o recurso perante a verdade absoluta dos nossos números com relação ao Sistema Único de Saúde, mas nos permitirá manter essas instituições à disposição da população gaúcha", ressaltou.

Propostas

Os representantes das santas casas pediram aos parlamentares apoio para a votação de um novo socorro financeiros às instituições. Um dos projetos citados é o PL 5.273, de 2020, do Senador Humberto Costa (PT-PE), que prevê um repasse extraordinário de R\$ 2 bilhões para santas casas e instituições filantrópicas enfrentarem a Covid-19 e suas consequências em 2021.

A outra iniciativa é o PL 1.417, de 2021, do senador Luís Carlos Heinze (PP-RS), que destina R\$ 3 bilhões, valor, segundo a CMB, essencial para o custeio dos próximos seis meses. "Isso, naturalmente, dá tranquilidade aos secretários municipais e estaduais e, naturalmente, aos nossos provedores e diretores das nossas instituições. Então, as reivindicações emergenciais, indiscutivelmente, são essas, as [propostas de] leis que aí estão [especialmente a do senador] do Heinze, para que nós possamos colocar, na saúde pública, os R\$ 3 bilhões", completou Mirocles Neto.

Edição: Denise Griesinger

Senado

Comissão Temporária da Covid-19

Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos



Relacionadas

Saúde

[SP: santas casas alertam sobre desabastecimento do kit intubação](#)

Economia

[Caixa reduz juros em 42% para santas casas e hospitais filantrópicos](#)

Últimas notícias

Esportes 8 minutos 23 segundos atrás

Ceará estreia com vitória na Copa Sul-Americana

[Jogando na Arena Castelão, Vozão derrota Jorge Wilstermann \(Bolívia\) por 3 a 1 pela primeira rodada do Grupo C com gols de Pedro Naressi, Mendonza e Vina](#)

Uso de cookies

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossa plataforma. Ao continuar navegando, você concorda com as condições previstas na nossa Política de Privacidade. [Para mais informações, consulte aqui.](#)

OK



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 20/2021

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. VET nº 16 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.029121/2021-48
2. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.034894/2021-46
3. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.036988/2021-50
4. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.036152/2021-55
5. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.040512/2021-13
6. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037658/2021-81
7. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037631/2021-99
8. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037639/2021-55
9. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037631/2021-99
10. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.036831/2021-24
11. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.041766/2021-59
12. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.045739/2021-55
13. VET nº 13 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.051479/2021-57
14. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.051425/2021-91
15. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.051467/2021-22
16. VET nº 13 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.052670/2021-16
17. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.050889/2021-81
18. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.052675/2021-49
19. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.052674/2021-02
20. MPV nº 1029 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.053162/2021-55
21. PL nº 4909 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.053139/2021-61
22. PL nº 3739 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.052791/2021-68
23. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.052267/2021-97



24. VET nº 13 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.052501/2021-86
25. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051543/2021-08
26. PL nº 2083 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051667/2021-85
27. PL nº 973 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.051652/2021-08
28. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.051655/2021-51
29. PL nº 5273 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051535/2021-53
30. PL nº 1417 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.051535/2021-53
31. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051516/2021-27
32. PL nº 12 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.051338/2021-34
33. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051330/2021-78
34. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.051116/2021-11
35. PL nº 3874 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051320/2021-32
36. PL nº 5595 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051276/2021-61
37. PLP nº 32 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.054342/2021-54
38. PLP nº 33 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.054342/2021-54
39. PL nº 1792 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.053104/2021-21
40. PL nº 4909 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051455/2021-06
41. PL nº 510 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.051441/2021-84
42. PL nº 827 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.054337/2021-41
43. PL nº 827 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.054340/2021-65
44. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.054328/2021-51
45. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.054318/2021-15
46. PLC nº 13 de 2013. Documento SIGAD nº 00100.054321/2021-39
47. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.054308/2021-80
48. SCD nº 6 de 2016. Documento SIGAD nº 00100.050902/2021-00
49. PEC nº 21 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.054338/2021-96
50. PL nº 4909 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.054917/2021-06

Secretaria-Geral da Mesa, 17 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

